



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639863 - GO (2021/0011251-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : **DANILO TIBURCIO SILVA**
ADVOGADO : **DANILO TIBURCIO SILVA - GO044602**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
PACIENTE : **RODRIGO ESTEVAM SANTOS BOARON (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO ESTEVAM SANTOS BOARON em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5640943-98.2020.8.09.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado como incurso nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2013 e 12 da Lei n. 10.826/2003.

O impetrante sustenta que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 26/5/2020, tendo sido designada a continuidade da audiência de instrução para o dia 27/4/2021.

Nesse sentido, alega a existência de constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação do juízo de culpa, fazendo com que a segregação cautelar perdure por mais de 336 dias, em afronta ao disposto no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, para que possa aguardar em liberdade o desfecho da instrução criminal. No mérito, pugna pela concessão da ordem, a fim de tornar definitiva a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência